

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL Processo Licitatório Adminitrativo nº 23/202

Dispensa de Licitação nº 05/2022

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE , pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.679.183/0001-30, com sede na Rua João Assink, 322, - Centro, CEP 88538-000, representada pela Gestora Municipal MELIANA GOSS SCHCHLISTING, bem como a Comissão Permanente de Licitações e Secretaria de Saúde requisitantes, comunicam a instauração e realização do Processo de Dispensa de Licitação, o que faz amparado no art. 24, inc. I da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em conformidade com as seguintes condições:

1. DO OBJETO:

1. Este processo tem por objeto a prestação de serviço especializado de substituição e instalação de conjunto de luminária da iluminação pública, incluindo perímetro urbano e rural nesse município de Bocaina do Sul, de acordo com as disposições do Processo de dispensa nº 14/2022 proposta da CONTRATADA devidamente homologada e cláusulas deste contrato, conforme seque:

Item	Qua nt	Un	Descrição do Item	Valor (R\$) Unitário	Valor (R\$) Total
01	2	UN		R\$	5.500,00
			Portão deslizante em ferro	2.750,00	
02	1	UN		R\$	2.400,00
			Porta de aluminio duas folhas	2.400,00	
03	1	SV	Serviço de alvenaria mão de obra e material para chumbar os trilhos do portão	R\$1.200,00	1.200,00

Total do Contrato R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais).

O detalhamento dos serviços são aqueles inseridos no Termo de Referência juntado ao respectivo memorando interno de solicitação de abertura do processo de licitação.

2. DAS JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Foi solicitado a este órgão de advocacia pública a emissão de parecer jurídico quanto à legalidade de formalização de contrato, sem licitação pública, tendo por contratada a empresa METALLAGES . com o fim de propiciar a serviço e aquisição de portão para a unidade funcional de pessegueiros

3. LEGILAÇÃO APLICAVEL

3.1. Lei 8666 de 21 de Junho de 1993.

4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

4.1 Os valores da contratação em face ao preço praticado no mercado estao de acordo, conforme fora comprovado por meio da juntada de orçamentos de empresas especializadas prestadores do serviços.



Estado de Santa Catarina

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2022:

Cod	Uni.	Pro	Elemento	Compl	Saldo Dotação para
	Orç	ativ			a Despesa R\$
45	09.01	20.63	3390	33903916000000	R\$ 1.200,00
86	09.01	10.43	4490	44905192000000	R\$ 7.900,00

6. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A CONTRATADA obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato, e será responsável pela prestação somente de serviços de qualidade, respondendo perante a a O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE e perante terceiros nos casos em que seus serviços ou os serviços que vier a subcontratar causarem danos aos terceiros a que eles se destinam, caso em que ficará obrigada a indenizar todos os danos e prejuízos causados, sejam eles de ordem material ou moral. Se obriga, ainda, ao seguinte:
- A cumprir rigorosamente os prazos deste contrato;
- b) A entregar os serviços em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere ao as Normas Legais e as cláusulas contratuais;
- c) Providenciar a imediata correção das irregularidades eventualmente apontadas pela Secretaria competente e pelo fiscal e não reincidir nas mesmas irregularidades, sob pena da aplicação das sanções deste instrumento;
- d) Manter atualizados durante toda a vigência do contrato os documentos apresentados por ocasião da habilitação, assim como comunicar o MUNICIPIO de eventual impedimento em contratar com o Poder Público, seja ele decorrente do art. 9º da Lei de Licitações, ou da Lei de Improbidade Administrativa, ou de qualquer das hipóteses de impedimento previstas na Dispensa de Licitação em epigrafe ou que tenha sido objeto das declarações constantes nos anexos deste edital:
- e) Responsabilizar-se pela entrega dos serviços acompanhada dos documentos necessários ao recebimento (especialmente a nota fiscal);
- f) Os serviços devem ser prestados mediante emissão de ART Anotação de Responsabilidade Técnica;
- g) Obter as licenças legalmente exigíveis, especialmente no que se refere à legislação inerente a obras e serviços de engenharia;
- h) Contratar somente funcionários habilitados, para execução dos serviços objeto do presente contrato;
- i) Comunicar previamente ao município qualquer intercorrência na execução do contrato, bem como manter toda documentação exigida no Dispensa de licitação para a regularidade técnica, sob pena de, uma vez constatado o desrespeito a esta cláusula, responder administrativamente pelas sanções fixadas neste contrato, sem prejuízo de eventual responsabilização civil ou criminal, conforme o caso;
- j) Caberá exclusivamente a Contratada a responsabilidade técnica sob os serviços e projetos objeto do presente instrumento de dispensa de licitação e contratação em epígrafe.

7. PREÇO E PAGAMENTO:

7.1. O pagamento pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE à CONTRATADA será efetuado pela Tesouraria em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da nota fiscal com o comprovante de recebimento realizado de acordo com as cláusulas deste instrumento e com as disposições da dispensa de licitação objeto desse contrato, e poderá ser efetuado

Estado de Santa Catarina

mediante cheque, depósito bancário ou transferência.

- 7.2. O preço da nota fiscal só será pago se corresponder ao indicado na CLÁUSULA PRIMEIRA para cada item, assim como às exigências da cláusula 2.2, não se responsabilizando a O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE por despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, responsabilidades administrativas (multas), civis (inclusive as decorrentes de indenizações pela má prestação dos serviços) ou outras decorrentes de terceiros subcontratados para a entrega e fornecimento de acordo com este contrato, que competem exclusivamente à CONTRATADA.
- 7.3. Os preços indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA serão fixos e irreajustáveis, podendo haver revisão dos preços na hipótese de comprovação dos requisitos do art. 65, II, 'd', da Lei 8.666/93.
- 7.4. No caso de inadimplemento contratual por parte da a O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, não efetuado o pagamento devido no prazo estabelecido, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes às notas fiscais serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, conforme determina o art. 117 da Constituição Estadual.
- 7.5. É condição para o pagamento o valor constante na Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, e com o Instituto Nacional do Seguro Social INSS.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1 O contrato terá vigência da data da assinatura até 31/12/2022.

9. DO CONTRATADO:

9.1.METALLAGES Esquadrias e Estruturas metalicas LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 36.341.270/0001-77, com sede na Rua Josaphat Lenzi , nº 325, CEP 88503-030, na cidade de lages endereço eletrônico metallages@outlook.com, Fone 49-32236864, estado de Santa Catarina.

10. DO FUNDAMENTO LEGAL:

- 10.1 O presente Termo de Inexigibilidade encontra fundamentação legal no art. 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que dispõe.
- 10.2. Adota-se também como fundamentação para razão de decidir quanto a presente contratção, os termos e Fundamentação contantes no Parecer Jurídico anexo nos Autos.
- **11. DA LEGISLAÇÃO APLICADA:** Aplica-se à este Termo de Dispensa de Licitação, nos casos omissos, a seguinte legislação: a) Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações Lei das Licitações e Contratos Administrativos, e b) Demais legislações vigentes aplicaveis ao caso.
- **12. DOCUMENTOS INTEGRANTES:** Integram o presente Termo de Dispensa, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos: a) Minuta do COntrato; b) Documentos para a Habilitação (regularidade fiscal, socitaria, trabalhista, denta e demais); c) Memorando Internos das Secretarias; e)Parecer Contábil, e f) demais itens dispostos no artigo 38 da lei 8666/19930.
- 13. DO FORO: O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto do



Estado de Santa Catarina

presente Processo de Inexigibildiade de Licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Lages, estado de Santa Catarina.

14. DA DELIBERAÇÃO: Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Dispensa de Licitação, sendo assinado pelo responsável da unidade requisitante, pela autoridade superior, e pela Comissão Permanecnete de Licitações para que produzam seus efeitos legais.

Bocaina do Sul, 21 de Novembro de 2022

João Eduardo Della Justina Prefeito Municipal

Silmara Samara Da Silva Presidente CPL - Comissão Permanente de Licitações

Juliana Celestino Ferreira Membro CPL Cidnei José Góss Membro CPL